

GESTÃO FECHADA, VERBAS CONTINGENCIADAS: FUNDOS SETORIAIS EM DESCRÉDITO

Maíra Kubík Mano
Jornalista

O modelo de gestão dos fundos setoriais, baseado em comitês gestores pouco transparentes e que permitiria ao capital privado — especialmente às grandes corporações — direcionar as pesquisas por eles financiadas, a par da inexistência de planejamento estratégico do Estado que reflita as prioridades nacionais em cada setor, tem sofrido críticas da comunidade acadêmica. Mesmo os defensores dos fundos setoriais, porém, advertem: o contingenciamento das verbas em decorrência dos imperativos do “superávit primário” está desvirtuando a idéia, pois quase 50% dos recursos disponíveis deixam de ser desembolsados

“Os próprios produtores do capital são os que decidem onde se faz pesquisa”. No entender do professor Luis Allan Künzle, do Departamento de Informática da Universidade Federal do Paraná (UFPR), esta é a principal característica dos fundos setoriais: o direcionamento da pesquisa que eles financiam não por critérios da sociedade, mas por indução ou imposição das empresas que controlam os respectivos setores.

Criados em 1999 pelo Governo Federal, os fundos setoriais são financiados pela cobrança de taxas específicas pagas pelas empresas. Dos 16 fundos setoriais existentes hoje (vide Tabela 1), 15 têm suas verbas alocadas no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), sendo seus executores a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Só não tem seus recursos alocados no FNDCT o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel): sua verba “encontra-se no orçamento do Ministério das Comunicações”, e, embora seus executores sejam também a Finep e o CNPq, a “gestão desse fundo está no âmbito do Ministério das Comunicações”, como informa o próprio sítio do

Ministério da Ciência e da Tecnologia (www.mct.gov.br).

Os fundos setoriais recebem recursos de várias fontes. O CT-Mineral, por exemplo, recebe 2% da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), paga pelas empresas do setor mineral detentoras de direitos de mineração. O CT-Petro recebe “25% da parcela do valor dos *royalties* que exceder a 5% da produção de petróleo e gás natural”, segundo o MCT. Já o CT-Verde-Amarelo, que se propõe a “implemen-

dos com a Lei de Informática”.

Os fundos arrecadaram, em 2006, R\$ 1,85 bilhão. O fundo que mais arrecadou foi o CT-Petro, com quase R\$ 762 milhões (vide Tabela 2). A previsão de recolhimento total dos fundos para 2007 é da ordem de R\$ 2,1 bilhões.

“Em 1999, o governo Fernando Henrique Cardoso tinha quase levado os órgãos de pesquisa ao esgotamento. O CNPq estava fechando as portas porque há muito tempo o governo não pagava os projetos e não liberava dinheiro. Aí se criou essa panacéia dos fundos setoriais, que é a taxação das

grandes empresas multinacionais por ramo de atividades”, afirma Künzle, que é coordenador do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da Associação Nacional dos

Docentes do Ensino Superior-Sindicato Nacional (Andes-SN).

Para o professor Ciro Correia, chefe do Departamento de Mineralogia do Instituto de Geociências (IGc) da USP, os fundos setoriais são uma farsa. “A primeira indicação da constituição de uma farsa é o montante. Os fundos são uma forma de o governo dizer que está aplicando em ciência e tecnologia quando, na verdade, não está”, diz. Ele exemplifica a afirmação com os dados: enquanto os países desenvolvidos investem cerca de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) em ciência e tecnologia, o Brasil aplica apenas 1%, e desse percentual

“No ano 2000, foram registradas três patentes que interessavam na cura de doenças que atingem milhões de pessoas na África Subsaariana e 1.300 patentes de cosméticos. É chocante essa relação”, diz Luiz Künzle

tar projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo”, é financiado por 40% da receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide, cobrada sobre os valores pagos, creditados ou remetidos a residentes no exterior para pagamento de assistência técnica, *royalties* ou serviços), além de pelo menos “43% da receita estimada da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi incidente sobre os bens e produtos beneficia-

Tabela 1- Fundos setoriais de C&T e sua data de criação

CT-Aeronáutico (Fundo para o Setor Aeronáutico - 2001)
CT-Agronegócio (Fundo Setorial de Agronegócio - 2001)
CT-Amazônia (Fundo Setorial da Amazônia)
CT-Aquaviário (Fundo para o Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval)
CT-Biotecnologia (Fundo Setorial de Biotecnologia - 2001)
CT-Energ (Fundo Setorial de Energia - 2000)
CT-Espacial (Fundo Setorial Espacial - 2000)
CT-Hidro (Fundo Setorial de Recursos Hídricos - 2000)
CT-Info (Fundo Setorial de Tecnologia da Informação - 2001)
CT-Infra (Fundo Setorial de Infra-Estrutura - 2001)
CT-Mineral (Fundo Setorial Mineral - 2000)
CT-Petro (Fundo Setorial para o Petróleo e Gás Natural - 1999)
CT-Saúde (Fundo Setorial de Saúde - 2001)
CT-Transpo (Fundo Setorial de Transportes Terrestres - 2000)
CT-Verde-Amarelo (Fundo Verde-Amarelo - 2001)
Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - 2001)

Fonte: MCT

apenas 0,04% vão para os Fundos Setoriais.

Em 2004, os fundos receberam o equivalente a 0,035 do PIB e em 2005 essa quantia chegou a 0,043%.

“Isso é praticamente nada”, completa Correia.

A segunda indicação de farsa, para o professor, é o gerenciamento dos fundos. “Eles não são democráticos e não têm controle transparente de pontos de atribuição de desenvolvimento. Ninguém sabe quem está nos seus comitês gestores e por quais critérios essas pessoas chegaram até lá”, questiona. Os comitês gestores “têm a prerrogativa legal de definir as diretrizes, ações e planos de investimentos dos Fundos”, segundo o MCT.

Compostos por representantes do governo, do empresariado e da comunidade acadêmica, os comitês também preocupam o profes-

Para a SBPC, os fundos setoriais devem ser expandidos, atingindo todas as áreas. Seu presidente, o físico Ennio Candotti, vê no contingenciamento de recursos o problema central dos fundos

sor Künzle: “Nos comitês gestores quem decide as prioridades são aqueles que detêm a área mercantil”, com a qual “o governo normalmente se une”. O financiamento torna-se um ciclo vicioso: as empresas dão sua contribuição compulsória, mas em contrapartida pressionam para direcionar os fundos, que acabam investindo em pesquisas que interessam a essas corporações.

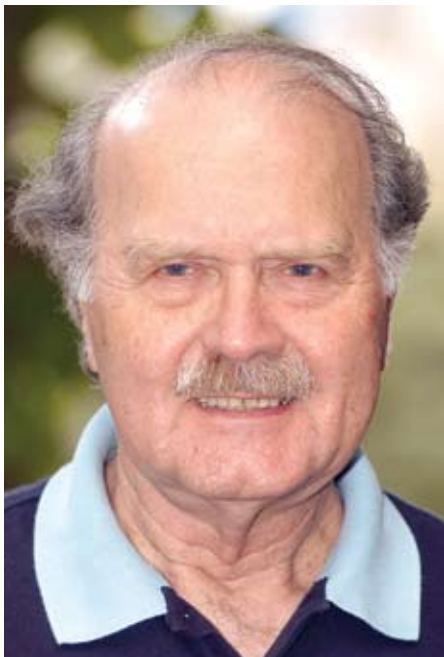
“Eu sempre dou um exemplo do ano 2000, em que foram registradas três patentes que interessavam na cura de doenças que atingem milhões de pessoas na África Sub-

saariana e 1.300 patentes de cosméticos. Fazemos pesquisa para o que vende. E pouco importa o impacto e a necessidade real disso. É chocante essa relação. O que assusta é que muito dessa pesquisa está sendo financiada com recursos públicos para aumentar a lucratividade das empresas, e não para aumentar a inteligência nacional, de domínio de um saber público compartilhado. Tudo se transforma em patentes e resultados que ficam fechados sob a posse de empresas. Os fundos setoriais acabaram servindo para isso”, completa.

Oswaldo Coggiola, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*, observa que “o entrosamento crescente universidade-empresa, alentado pelos sucessivos governos, explica os critérios que privilegiam determinados projetos em relação aos outros, o desca-so com a pesquisa básica e o literal abandono das Ciências Humanas”.

Umberto Cordani, professor do IGC-USP, que foi membro do CT-Mineral entre 2004 e 2005, esclarece que o julgamento sobre a relevância de cada edital é definido pela comissão gestora do fundo. “As instituições encaminham propostas e o julgamento é feito por comissões de especialistas, sob coordenação de

Fotos: Daniel Garcia

**Professor Umberto Cordani**

um dos membros do comitê gestor do fundo. Eu participei de alguns julgamentos, no âmbito do CNPq, que acionou o seu Comitê Assessor de Geologia. O interesse desses editais era definido anteriormente, nas reuniões do comitê gestor. Os recursos também, dentro das disponibilidades do fundo”. O professor Cordani foi escolhido como membro a partir de uma consulta de lista tríplice apresentada a instituições de pesquisa pela Academia Brasileira de Ciências, que é um dos representantes da comunidade científica com lugar fixo nos comitês dos fundos.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que tem o outro assento da comunidade científica, não acredita que haja algum tipo de ingerência das empresas na definição de projetos. O físico Ennio Candotti, presidente da entidade, é um defensor da manutenção e expansão dos Fundos Setoriais. “Há problemas reais em como ava-

**Professor Ennio Candotti**

liar os projetos e classificá-los, mas não há influência das empresas. Pelo contrário, elas não queriam que esse recurso fosse recolhido. Além disso, nossa representação nos fundos está funcionando bem. Sempre recebemos relatórios para acompanhar”, afirma Candotti, professor do Departamento de Física e Química da Universidade Federal do Espírito Santo.

O principal problema dos fundos setoriais hoje, opina o presidente da SBPC, é o contingenciamento das verbas. Embora tenham arrecadado mais do que o valor orçado para eles na Lei de Orçamento (LOA-2006), que foi de R\$ 1,716 bilhão, apenas R\$ 977 milhões foram empenhados, e só R\$ 540 milhões foram pagos, isto é, desembolsados para financiar pesquisas.

Até representantes do empresariado têm protestado contra a situação, caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que está entre as entidades

Tabela 2 - Fundos Setoriais - Arrecad

CT-AERO
CT-AGRO
CT-AMAZÔNIA
CT-AQUAVIÁRIO
CT-BIOTEC
CT-ENERGIA
CT-ESPACIAL
CT-HIDRO
CT-INFO
CT-INFRA
CT-MINERAL
CT-PETRO
CT-SAÚDE
CT-TRANSPORTE
CT-VERDE-AMARELO
TOTAL DESPESAS
TOTAL REST. DE CONT
TOTAL GERAL

Fonte: Sistema Integrado de Administração
Observações: (*) - Os valores de arrecadação em 14/02/2001. (**) - Os valores orçamentários referentes a subvenção econômica de projetos

que recebem verbas dos fundos setoriais. “Cerca de 50% dos recursos recolhidos até agora têm sido retirados com o objetivo de atender às exigências e às metas do superávit primário. Isto obviamente diminuiu os objetivos pelos quais eles têm sido recolhidos”, denuncia Candotti. “A SBPC já se manifestou de maneira bem documentada sobre a necessidade de se usar os fundos para os seus fins. O que recebemos como resposta foi uma proposta de escalonamento desse contingenciamento, reduzindo-o até o término do governo. Ou seja, se hoje ele é de 40%, cai para 30%, 20% e depois 10%, até zerar”, acrescenta.

Ação x Orçamento x Execução Financeira (Janeiro-Dezembro de 2006)

Arrecadação(*)	LOA(Lei nº11.306, de 16/05/2006)(**)	Res. Cont(B)	Total (A+B)	Empenhado	Liquidado	Pago
	Despesa(A)(*)					
31.809.890	54.780.000	3.182.649	57.962.649	28.221.667	28.221.667	5.078.676
74.223.077	49.997.709	9.765.140	59.762.849	46.489.648	46.489.648	25.840.630
16.675.103	18.700.000	81.889	18.781.889	17.436.189	17.436.189	11.649.036
17.568.036	17.532.340	11.688.226	29.220.566	14.108.586	14.108.586	6.779.931
31.809.890	29.000.000	1.962.649	30.962.649	19.702.852	19.702.852	9.590.518
164.805.622	99.000.000	1.293.314	100.293.314	92.692.721	92.692.721	34.145.726
14.179.105	1.509.108	0	1.509.108	1.485.069	1.485.069	976.671
44.913.035	43.500.000	76.588	43.576.588	42.297.008	42.297.008	14.726.392
31.959.798	30.175.803	21.557	30.197.360	29.776.159	29.776.159	19.301.872
366.737.372	257.546.151	91.393.362	348.939.513	255.108.166	255.108.166	173.150.682
7.453.803	7.600.000	1.282.004	8.882.004	6.316.842	6.316.842	2.828.505
761.870.422	120.100.000	551.192.856	671.292.856	118.879.411	118.879.411	45.992.253
74.223.077	58.896.390	3.466.459	62.362.849	54.508.945	54.508.945	27.083.905
67.798	315.730	0	315.730	13.862	13.862	13.863
212.065.937	251.894.888	89.386	251.984.274	250.061.293	250.061.293	163.009.284
	1.040.548.119					
		675.496.079				
1.850.361.965			1.716.044.198	977.098.418	977.098.418	540.167.944

Financeira do Governo Federal - SIAFI.

ção, exceto o do CT-Amazônia, já estão deduzidos da parcela de 20% destinada ao CT-Infra, conforme Lei nº 10.197, de 2006, que dispõe sobre a criação de fundos setoriais de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas. Os recursos incluídos nos editais de licitação e em outros atos de contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica, bem como os recursos destinados a aquisição de bens e serviços de natureza operacional, não são considerados recursos de pesquisa e desenvolvimento e, portanto, não são deduzidos da parcela de 20% destinada ao CT-Infra, conforme Lei nº 10.197, de 2006. (***) - A dotação autorizada não inclui a ação OA29, no valor de R\$ 209.600.000, referente ao desenvolvimento tecnológico de empresas - Lei nº 10.973, de 02/12/2004 (Lei de Inovação).

Candotti acredita ainda que parte dos recursos dos fundos deve ser utilizada para sua própria estruturação e na criação de fundos em áreas onde eles ainda não existem, como antropologia, lingüística, astronomia. Segundo dados de 2004, cerca de 35% dos recursos são aplicados na operacionalização dos fundos.

Os outros 55%, de acordo com o MCT, foram para projetos aprovados pelos comitês gestores. Dessa verba, cerca de 70% foram repassados por intermédio de fundações privadas de apoio, que o governo federal designa pela sigla de FAP. Entre os “agentes executores” encarregados da implemen-

tação dos projetos aprovados pelos comitês, o MCT inclui “as agências federais — CNPq e Finep, as FAP’s ou outros órgãos apropriados que desempenhem as funções de contratação e de acompanhamento e avaliação dos projetos”.

A lei 8.958/94 autoriza as “instituições federais de ensino superior a contratar instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes”, definindo, no artigo 2º, que as instituições contratadas devem ser fundações de direito

privado e sem fins lucrativos. Ela é citada nos editais dos fundos setoriais para justificar a participação das fundações. O edital 33/2006 do CT-Energ, por exemplo, estabelece que participam da concorrência “instituições de ensino superior, podendo ser representadas por fundações de apoio definidas na forma da lei nº 8.958”.

Candotti apóia esse procedimento: “Qualquer reitor declararia a absoluta falência de sua universidade se as fundações não existissem. Dizer que os recursos deveriam ir para as universidades diretamente é desconhecer que vivemos em um país com milhares de leis e normas

em que tudo é proibido, ao menos sem a permissão do sistema burocrático”, sustenta.

“Para se comprar um computador a tramitação burocrática é semelhante à construção de um prédio”, afirma o presidente da SBPC. “O que nós precisamos é de uma reforma administrativa mais profunda em todo o país para depois verificarmos quais seriam os instrumentos das instituições de Estado. Enquanto isso, devemos fazer o possível para que esses recursos sejam utilizados da maneira mais eficiente possível e cobrar resultados e relatórios. Controlar a forma como eles são decididos é uma maneira atrasada de ver o problema. O que nós devemos fazer é controlar os fins, não os meios”, argumenta.

A posição do Andes é oposta à da SBPC. “Não podemos aceitar a argumentação de que as universidades públicas têm dificuldades para gerir os recursos e que as fundações poderiam colaborar para ter alguma agilidade na execução orçamentária. Hoje elas não têm nada desse papel. Elas são a via mercantil da universidade, que está carente de recursos públicos diretos. A universidade começa a competir com os quadros que ela forma, e vende seus produtos”, afirma o professor Künzle. Ele denuncia que a maior parte dos editais dos fundos coloca como premissa que os recursos somente serão liberados por meio de fundações. “Como o pesquisador precisa de recursos para a sua pesquisa, o processo fomenta

Arquivo pessoal

Professor **Luiz Künzle**

***O governo federal
inclui, entre os “agentes executores”
encarregados de implementar os projetos
aprovados pelos comitês gestores, as fundações
privadas de apoio ou FAP’s***

as fundações privadas”, diz.

A Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp), que está entre as 50 maiores entidades “sem fins lucrativos” da listagem produzida pela ong Contas Abertas, recebeu R\$ 6.083.518,92 para os projetos desenvolvidos em 2005. Solicitada pela *Revista Adusp* a se manifestar sobre quais departamentos da universidade estão envolvidos com os projetos dos fundos setoriais — informação que não é encontrada nos documentos do MCT — e comentar a importância ou não dos fundos, a Fusp

limitou-se a responder que é uma gerenciadora de recursos. A verba administrada pela Fusp é quase o triplo da recebida pela USP dos fundos setoriais no mesmo período, que soma R\$ 2.362.903,05.

O montante recebido, em 2005, para projetos financiados pelos fundos setoriais, por intermédio de fundações privadas “de apoio” à USP, foi de R\$ 10.047.712,70, quase cinco vezes mais do que a universidade recebeu diretamente. A Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e a Fundação Vanzolini (FCAV), duas das fundações que recebem verbas dos fundos, foram procuradas pela reportagem, mas seus representantes não quiseram se manifestar.

Também receberam recursos: Fundação Instituto de Administração (FIA), Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa), Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam), Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq, de Piracicaba), Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto, Fundação de Apoio à Física e à Química (FAFQ, de São Carlos). Os projetos apresentados vão desde reformulação de laboratórios até realização de congressos e encontros (**Tabela 3**). As fundações, porém, estão proibidas por lei de cobrar taxas de gestão sobre esses valores.

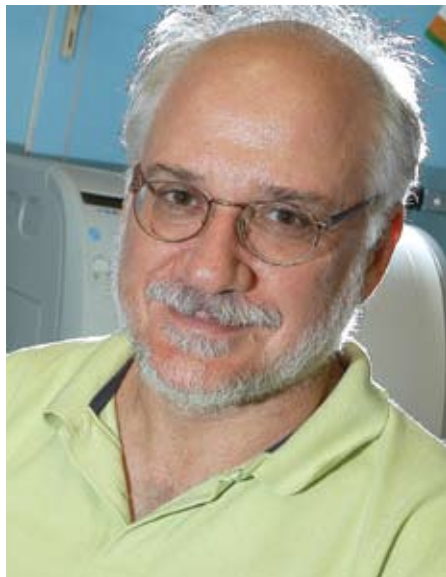
Entre as verbas recebidas diretamente pela USP, está a pesquisa desenvolvida pelo professor Cae-

Tabela 3 – Fundos setoriais e fundações privadas na USP

FUNDAÇÃO	PROJETOS	VALOR (R\$)	FUNDO
FUSP	Desenvolvimento de sistema piloto para gerência da qualidade de energia elétrica na rede básica	197.050,00	CT-ENERG
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	34.150,00	CT-INFRA
	ENTAC 04 – 10º Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído e CLACS'04		
	Desenvolvimento de ferramenta par análise de viabilidade técnica de risers flexíveis	30.000,00	VERDE-AMARELO
	Caracterização e estabelecimento de parâmetros de controle de corrosividade e inibição de corrosão em meio não aquoso	46.156,00	CT-PETRO
	10th International Conference on Magnetic Fluids	14.500,00	VERDE-AMARELO
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	35.000,00	FNDCT
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	67.447,31	CT-INFRA
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	32.360,26	CT-INFRA
	Ampliação da infra-estrutura analítica do Laboratório de Isótopos Estáveis – LIE (IGC-USP) para avanço do conhecimento científico em recursos naturais	56.180,88	CT-INFRA
	Groups, rings and group rings	548.292,00	CT-INFRA
	XIII Escola de Geometria Diferencial	15.000,00	VERDE-AMARELO
	8th International Congress on Applied Mineralogy (ICAM 2004)	20.000,00	VERDE-AMARELO
	Laboratório de Análise e Referência em Amostras Ambientais e Fertilizantes	25.000,00	CT-MINERAL
	Implementação da técnica de cromatografia líquida de alta eficiência acoplada à espectrometria de massas na central analítica do IQ-USP	615.000,00	CT-INFRA
	Otimização do sistema de distribuição de derivados de petróleo	1.057.450,00	CT-INFRA
	Ambiente de simulação da operação de sistemas de proteção e ocorrências do sistema interligado brasileiro	29.375,00	CT-PETRO
	Recursos para digitalização de acervo de documentos para pesquisa	182.600,00	CT-ENERG
	Implantação de Laboratório de Espectroscopia Não Linear de Interfaces	221.878,00	CT-INFRA
Programa de simulação do escoamento ao redor de risers - Flomar3d - Fase 2: Agrupamento com	917.430,00	CT-INFRA	
Estudo e análise de nova geração de cabos umbilicais integrados	436.450,00	CT-PETRO	
Avaliação da toxicidade de efluente de lagoa facultativa clorado e dos impactos sobre o solo em sistema de fertirrigação	618.865,00	CT-PETRO	
Desenvolvimento de sistema para gerenciamento e controle do fornecimento de energia elétrica através da internet	35.000,00	FNDCT ORDINÁRIO	
Otimização analítica do laboratório de isótopos estáveis - LIE (IGC/USP) para determinações isotópicas D34-S	73.300,00	CT-ENERG	
Transdutores de ultra-som para sistemas de inspeção não destrutiva de corrosão em estruturas metálicas na indústria de petróleo e gás natural	46.830,00	CT-INFRA	

FUNDAÇÃO	PROJETOS	VALOR (R\$)	FUNDO
FUSP	Cilindros para melhoria de qualidade de chapas laminadas a quente	129.000,00	CT-PETRO
	Desenvolvimento de um relé diferencial para proteção de LT utilizando fibra óptica como fio piloto	422.256,00	CT-VERDE AMARELO
	Manual reabilitação de edifícios em áreas centrais	251.893,50	CT-ENERG
	Otimização do sistema de distribuição de derivados de petróleo	31.500,00	CT-VERDE AMARELO
	Modernização da área física, instalações e equipamentos da Divisão de Laboratórios Central (DLC) do Hcfmusp	42.375,00	CT-PETRO
FFM	Recuperação e modernização da infra-estrutura elétrica dos laboratórios de investigação médica	600.000,00	CT-INFRA
	Modernização da área física, instalações e equipamentos da Divisão de Laboratórios Central (DLC) do Hcfmusp	181.000,00	CT-INFRA
	Otimização e reuso da água em áreas críticas	400.000,00	CT-INFRA
FCTH	Plataforma generalizada para análise de outorga para captação de água e para lançamento de efluentes	107.500,00	CT-HIDRO
	Componentes terralib para cadastro de redes de água e esgoto	170.680,00	CT-HIDRO
	Bacias críticas: bases técnicas para a definição de metas progressivas para seu enquadramento e a integração com os demais instrumentos de gestão	99.726,00	CT-VERDE AMARELO
	Membranas	114.032,00	CT-HIDRO
	Manutenção e ampliação das atividades do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Microscopia Eletrônica Aplicada à Pesquisa Agropecuária	15.000,00	FNDCT ORDINÁRIO
FEALQ	Conferência internacional sobre rastreabilidade de alimentos	91.605,28	CT-INFRA
	Manutenção e ampliação das atividades do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Microscopia Eletrônica Aplicada à Pesquisa Agropecuária	300.000,00	CT-AGRO
	Workshop - águas residuárias tratadas: presença de patógenos emergentes e reuso na agricultura	85.604,67	CT-INFRA
Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	Nutau2004 - demandas sociais, inovações tecnológicas e a cidade	20.000,00	CT-HIDRO
Fupam	Infraestrutura básica para pesquisa do Biocentro em Terapia Celular e Molecular	20.000,00	FNDCT-DEMAIS AÇÕES
Fundação Hemocentro de RP	Infraestrutura básica para pesquisa do Biocentro em Terapia Celular e Molecular	105.000,00	CT-INFRA
	Observatório de Estratégias de Inovação	120.000,00	CT-INFRA
FCAV	Programa de treinamento em administração de pesquisas científicas e tecnológicas	530.710,80	CT-VERDE AMARELO
FIA	Descoberta de ligantes do receptor de estrógeno candidatos a novos fármacos no tratamento da osteoporose, câncer de mama e reposição hormonal	224.125,00	FNDCT ORDINÁRIO
FAFQ	Descoberta de ligantes do receptor de estrógeno candidatos a novos fármacos no tratamento da osteoporose, câncer de mama e reposição hormonal	875.990,00	CT-SAÚDE
Total geral		10.047.712,70	

Daniel Garcia

**Professor Caetano Juliani**

tano Juliani, também do IGc: “Nós fizemos solicitação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa via CNPq, por isso a única diferença que vejo é que o edital universal abrange todas as áreas do conhecimento e o dos fundos setoriais foca em alguns aspectos específicos, como a mineralogia”.

Juliani coordena dois projetos financiados pelo CT-Mineral, cada um com duração de dois anos. O primeiro é sobre a modelagem de determinados tipos de depósitos minerais na Amazônia. O segundo estuda os fenômenos de formação de eventos vulcânicos de 2 bilhões de anos. Sua equipe encontrou o que é reconhecido hoje como o vulcão mais antigo do planeta. Para o docente, o CT-Mineral é essencial para o desenvolvimento de projetos na área, em vista de uma lacuna histórica na política de investimento em ciência e tecnologia: “Com exceção do atual governo, nos últimos 30 anos não foram feitos investimentos federais no desenvolvimento da Geologia. Isso é uma função tipi-

As fundações privadas intermediam 70% das verbas dos fundos setoriais. Em 2005, as entidades “de apoio” à USP canalizaram mais de R\$ 10 milhões para esses projetos, mas a própria USP só recebeu R\$ 2,3 milhões

camente do Estado. Em qualquer país, em qualquer lugar do mundo, o Estado investe para conhecer o seu substrato geológico porque isso tem implicações econômicas — e certamente no setor mineral as empresas vivem pressionando o governo para que ele invista nessa área”, explica.

A preocupação com a falta de planejamento estatal para investimento em ciência e tecnologia também está entre as questões apontadas pelo representante do Andes, mas ele não acredita que os fundos setoriais venham a resolver este problema. “Quando os recursos foram liberados, a comunidade acadêmica, depois de anos e anos à míngua, saiu ávida à caça deles. Isso também é fruto da falta de um projeto. A nação brasileira abdicou de um projeto e as pessoas passam a agir pelo imediatismo, pelo pragmatismo. Eu continuo não vendo futuro na consolidação de um sistema nacional, autônomo, via fundos setoriais”, diz Künzle.

“Se virmos que 95% da pesquisa brasileira de qualidade são feitos na universidade pública, é ela que deve continuar gerindo e construindo esse processo. No momento em que dermos às universidades um conjunto

de diretivas no sentido da produção do saber, da relação com a sociedade, é preciso também dar condições para que elas façam de forma autônoma”, continua o professor da UFPR. “Não quer dizer que elas podem fazer o que quiserem. As universidades inevitavelmente passam a interagir com a sociedade para essa construção. Não quer dizer também que os governos não tenham direito de estabelecer políticas e linhas diretivas. Mas essas linhas só podem ser estabelecidas em cima da construção de um projeto de país. Essa segmentação de projetos e verbas dada pelos fundos setoriais tem que acabar. Nós precisamos de recursos de pesquisa distribuídos entre os projetos que o país soberanamente tem necessidade de desenvolver”.

Procuradas pela *Revista Adusp*, a assessoria de imprensa do MCT e a assessoria do presidente do CT-Mineral, Luiz Antonio Rodrigues Elias, deixaram de indicar representantes para responder às questões da matéria. Também o professor José Roberto Drugowich, representante do CNPq no Comitê Gestor do CT-Petro, deixou de responder às questões que lhe foram encaminhadas.